

28 DEZ 1986

ACU pg 7

## Senador contesta o poder de constituinte dado a biônicos

Do Sucursal de Brasília

No dia 1º de fevereiro próximo, os 487 deputados e 72 senadores que compõem o Congresso Nacional vão reunir-se em Congresso constituinte para começar a elaborar a nova Constituição brasileira. Um dos parlamentares eleitos em 15 de novembro último, o senador Fábio Lucena (PMDB-AM), acha, porém, que nem todos os senadores que integrarão o Congresso têm poderes para elaborar a futura Carta. O parlamentar amazonense refere-se aos 23 senadores eleitos em 1982 que, segundo ele, foram eleitos para cuidar apenas da legislação ordinária e não para fazer uma Constituição.

Entre esses parlamentares, cujos mandatos se estendem até 1990, estão o líder e o presidente licenciado do PFL, senadores Carlos Chiarelli (RS) e Guilherme Palmeira (AL), respectivamente. Os senadores Severo Gomes (PMDB-SP), Marcondes Gadelha (PFL-PB), Roberto Campos (PDS-MT) e Itamar Franco (MG, atualmente sem partido) são outros parlamentares que se encontram na mesma situação. Há ainda suplentes de senadores que estão exercendo cargos executivos, como o líder do PSB, Jamil Haddad (suplente do prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga), Nivaldo Machado (suplente do ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil) e Ivan Bonato (substituto do ministro Jorge Bornhausen, da Educação).

Fábio Lucena, que por ter sido eleito em 1982 teria mandato até 1990, como os outros, concorreu a um novo mandato nas últimas eleições, sendo reeleito. Orgulhoso do fato, Lucena afirma: "Dentre os senadores eleitos em 82, o único senador constituinte legítimo sou eu". Ele diz que chegou a propor a limitação, em quatro anos, dos mandatos dos senadores eleitos em 82, para que "a nação pudesse eleger constituintes legítimos".

O líder Carlos Chiarelli não concorda com seu colega amazonense e afirma não ver constrangimento para que os senadores eleitos em 82 participem da elaboração da nova Carta. Para ele, está sendo formado um "Congresso constituinte", onde os parlamentares eleitos em novembro último passaram pelo mesmo tipo de eleição que os parlamentares eleitos em 82. "Ao serem escolhidos em 1982, o fomos com poderes amplos de fazer a reforma na Constituição, menos para acabar com a República ou com a Federação. Eu apenas me sinto impedido, inclusive em termos éticos, de votar algum dispositivo que

venha instituir a Monarquia ou estabelecer o Estado unitário". Chiarelli diz, ainda, que o artigo 1º da emenda convocatória do Congresso constituinte esclarece que os membros da Câmara dos Deputados — e do Senado Federal — se reunirão em "Assembleia Nacional Constituinte a partir de 1º de fevereiro" do próximo ano.

Para o senador Marcondes Gadelha, "a Constituinte foi convocada com a participação e votos dos senadores eleitos em 82. A emenda que a criou não faz distinção sobre a data de eleição de seus membros". Ele diz que é tradição no Brasil considerar os deputados e senadores como constituintes. "A Constituição de 46 não fala em constituintes no seu regimento interno. Fala em senadores e deputados, quando muito em representantes do povo", declara. Lucena afirma, no entanto, que quando o presidente José Linhares, que substituiu Getúlio Vargas, deu poderes constituintes ao Congresso eleito no dia 2 de dezembro de 1946, e fez com base num parecer do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "O presidente Linhares deu poderes constituintes ao Congresso com base no artigo 190 da Constituição de 1937, que era uma Constituição ditatorial. Com base nesse artigo, o presidente Getúlio Vargas fechou o próprio Congresso Nacional", afirma.

Lucena diz ainda que todas as Constituintes têm seus regimentos internos elaborados pelos seus próprios plenários. "A Assembleia Nacional Constituinte que vai se instalar em 1º de fevereiro vai estabelecer seu regimento interno. Vai depender desse regimento se os senadores eleitos em 82 são ou não constituintes", declara. O senador Severo Gomes acredita, porém, que as normas já foram estabelecidas. Para ele, as pessoas têm o direito de opinar a respeito do assunto, mas afirma ter havido a sugestão do líder do PSB, Jamil Haddad, para que na cédula eleitoral das últimas eleições fosse incluída consulta para saber se os senadores eleitos em 82 deveriam ou não ter poderes constituintes. E acrescenta que os senadores se "desinteressaram" pelo tema.

Mais intransigente, Carlos Chiarelli acha totalmente dispensável ter incluído esse item na cédula eleitoral. "Perguntar o quê? A não ser que perguntassem sobre esses dois poderes que nos faltavam". Segundo o líder pefelista, a única coisa que pode ser discutida "é se se quer convalidar o texto constitucional. Sobre isto existem alguns procedimentos no mundo".